

CONTAS NACIONAIS

número 55

ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS E
CONTA INTERMEDIÁRIA DE GOVERNO

BRASIL

2 0 1 5



Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

Ministro da Fazenda
Henrique de Campos Meirelles

Secretário-Executivo
Eduardo Refinetti Guardia

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

**SECRETARIA
DO TESOURO
NACIONAL - STN**

Secretária do Tesouro Nacional
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional
Otávio Ladeira de Medeiros

Subsecretários
Adriano Pereira de Paula
Gildenora Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Jucá Maciel

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Presidente
Ilan Goldfajn

Diretor de Política Econômica
Carlos Viana de Carvalho

UNIDADES RESPONSÁVEIS

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais
Rebeca de La Rocque Palis

Subsecretário de Planejamento
e Estatísticas Fiscais
Pedro Jucá Maciel

Departamento Econômico
Túlio José Lenti Maciel

Coordenador-Geral de Estudos
Econômicos-Fiscais
Felipe Palmeira Bardella

Coordenador de Estudos
Econômicos-Fiscais
Alex Pereira Benício

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 55

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo

Brasil

2015

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 Contas Nacionais

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Contas Regionais do Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

ISBN 978-85-240-4413-7 (meio impresso)

© IBGE. 2017

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração

Aline Carneiro Damacena - Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo : Brasil : 2015 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro, 2017.

56p. - (Contas nacionais, ISSN 1415-9813 ; n. 55)

Inclui bibliografia e glossário.
ISBN 978-85-240-4413-7

1. Contas nacionais - Brasil - Estatística. 2. Finanças públicas - Brasil - Estatística. 3. Contabilidade pública - Brasil. 4. Sistema estatístico. 5. Relações intersetoriais. I. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. II. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2017-08

CDU 330.53(81)
ECO

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Comparativo entre Contas Nacionais e Estatísticas de Finanças Públicas

Abrangência

Arcabouço analítico

Estrutura de contas

Diferenças entre a Conta Intermediária de Governo e as Contas Econômicas Integradas - CEI

Abrangência

Atividades econômicas

Imputações e compatibilizações das Contas Econômicas Integradas - CEI

Fontes de informação

Metodologia

Base de registro

Consolidação

Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas 2015

Conta Intermediária de Governo 2015

Referências

Anexos

1- Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

2- Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

3- Correspondência entre as categorias de instrumentos financeiros do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

4- Comparativo entre o Resultado do Tesouro Nacional e os Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a terceira edição da publicação *Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo*. São apresentados os resultados de 2015 para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, estados e municípios. Fruto desses esforços conjuntos, o presente volume dá continuidade aos trabalhos, cuja divulgação inicial foi realizada em 2015, apresentando os resultados do período de 2010 a 2013, e tem como objetivo fortalecer e aprimorar a metodologia de apuração de estatísticas de governo.

O trabalho mantém o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do IBGE para fins de aprimoramento da conta intermediária do setor governo. Isso se deu, especialmente, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para a produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando à sua compatibilização conceitual e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor de Pesquisa

Introdução

Esta publicação, elaborada pela Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, pela Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, apresenta dados sobre finanças públicas dos três níveis de governo para o ano de 2015. Os resultados ora divulgados nesta publicação não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais divulgadas pela Secretaria (Resultado do Tesouro Nacional) e pelo Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

O objetivo principal é fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014* - GFSM 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008* - SNA 2008, destacando as similaridades e diferenças entre os dois sistemas estatísticos, e as maneiras de conciliar os dados nos casos em que existem diferenças na apresentação. O texto não pretende ter precedência sobre as orientações metodológicas fornecidas no GFSM 2014 e no SNA 2008.

Destaca-se a importância de que os compiladores e os usuários das estatísticas de finanças públicas entendam como os sistemas estatísticos macroeconômicos se relacionam. Este entendimento promove consistência entre os respectivos conjuntos de dados e dá apoio a análises macroeconômicas completas.

Os arranjos institucionais para a elaboração e produção de estatísticas macroeconômicas diferem de país para país. Instituições

como os Ministérios da Fazenda, Institutos Nacionais de Estatística, Bancos Centrais e outros órgãos de governo podem estar envolvidas na compilação de estatísticas macroeconômicas. Os Ministérios da Fazenda estão frequentemente envolvidos na compilação dos dados orçamentários de registros contábeis e administrativos para monitorar a implementação do orçamento do governo. Institutos Nacionais de Estatística são muitas vezes responsáveis pela elaboração, produção e divulgação de estatísticas macroeconômicas em consonância com os princípios do SNA. Bancos Centrais estão primariamente envolvidos na compilação de dados monetários e financeiros que lhes permitam monitorar as condições financeiras e a implementação das políticas monetárias. Todos esses dados devem basear-se em orientação metodológica consistente e, onde vários órgãos estiverem envolvidos na compilação de dados macroeconômicos, é essencial que essas instituições coordenem os esforços para assegurar a coerência dos dados apresentados.

A clara compreensão dos vínculos entre os sistemas ajudará os países na produção de estatísticas comparáveis e consistentes, necessárias para análise econômica e decisões políticas. Na prática, a harmonização permite que os compiladores compartilhem os dados, quando apropriado, e também promovam desenvolvimentos coerentes nos sistemas de fonte de dados. A presente publicação dá continuidade e amplia este processo de integração iniciado com a publicação divulgada em setembro de 2015, com os dados referentes de 2010 a 2013.

Os referenciais metodológicos e de fontes estão descritos nas **Notas técnicas**. O único ajuste metodológico que distingue a abordagem apresentada nesta publicação das anteriores, refere-se ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF que, até o momento, era incorporado nas despesas do governo central. A partir desta publicação os valores das despesas do FCDF passam a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Destaca-se, ainda, que as transações no instrumento F89 - Outras contas a receber/Outros - ativo, vinculadas ao setor institucional governo geral, representam, em sua maioria, o fluxo do resultado primário líquido mais juros nominais ocorrido entre Banco Central e governo geral, referente as operações com *swaps* cambiais e reservas internacionais, vinculadas à equalização cambial.

A estrutura analítica é a mesma apresentada nas edições anteriores, contendo Anexos e Glossário considerados relevantes a compreensão dos resultados apresentados.

Notas técnicas

Comparativo entre Contas Nacionais e Estatísticas de Finanças Públicas

Os princípios e orientações para a elaboração de estatísticas macroeconômicas são definidos por padrões metodológicos comuns, disponibilizados em manuais elaborados por organismos internacionais dedicados a este propósito. Suas recomendações asseguram a harmonização de conceitos e a consistência entre as estatísticas, e com isso permitem a comparabilidade entre países.

No *Government finance statistics manual 2014* - GFSM 2014 e no *System of national accounts 2008* - SNA 2008, os princípios e conceitos são definidos de forma consistente. A delimitação entre entidades residentes e não residentes, a setorização da economia doméstica e as definições e classificações dos instrumentos financeiros são as mesmas. As regras contábeis utilizadas são as mesmas em relação ao registro e à avaliação. O regime de competência é utilizado de forma consistente em todos os sistemas para registro de fluxos e estoques. Além disso, o GFSM 2014 também inclui a compilação de um Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa. Com poucas exceções, descritas nesta seção, os fluxos e os estoques nos dois sistemas são definidos e quantificados da mesma forma.

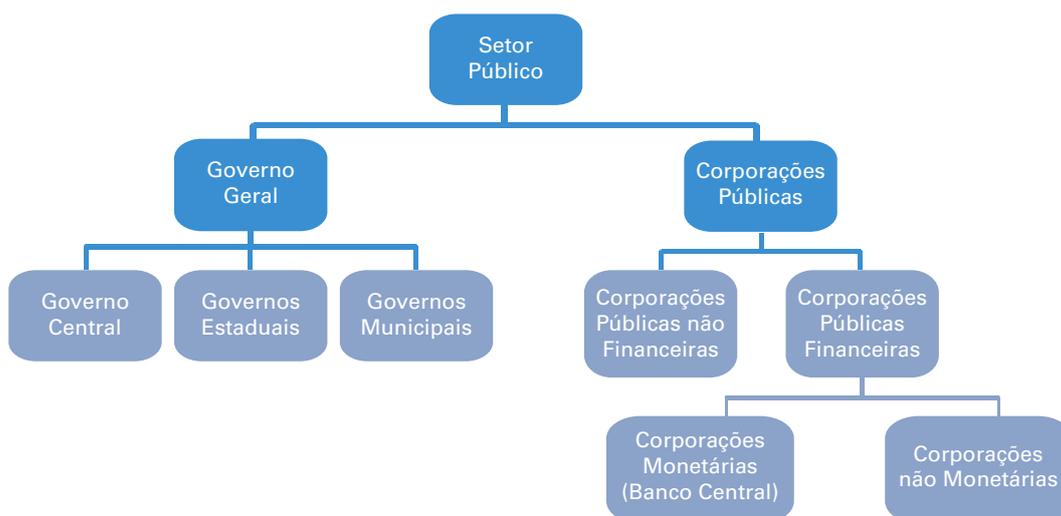
Por razões analíticas, a estrutura e a apresentação das estatísticas no GFSM 2014 e o tratamento de algumas atividades econômicas do governo diferem do tratamento dos dados do setor de governo geral no SNA 2008 e em outros conjuntos de dados. Enquanto todos os conjuntos de dados têm saldos contábeis, as regras de agregação e consolidação não são exatamente as mesmas.

O foco do GFSM 2014 é medir o impacto dos eventos econômicos sobre as finanças do governo, bem como o impacto das atividades do governo sobre a economia por meio da tributação, gastos e empréstimos. O SNA 2008 concentra-se nas relações entre os cinco setores institucionais (governo geral; empresas financeiras; empresas não financeiras; famílias; e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias) da economia e o resto do mundo, e nos processos econômicos de produção, geração e distribuição de renda, consumo de bens e serviços, e de acumulação. As diferenças de objetivo exigem que o registro das atividades do governo no GFSM 2014 ocasionalmente difira do registro dessas atividades nos outros sistemas estatísticos macroeconômicos. E essas diferenças são a exceção ao princípio geral, pois a aplicação consistente dos padrões conceituais é um princípio adotado por todos esses sistemas estatísticos. Onde há diferenças na apresentação, deve ser rotineiramente efetuada a reconciliação das diferenças para garantir a consistência dos dados macroeconômicos.

Abrangência

Na presente publicação, é considerado o setor institucional governo geral, que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades. No GFSM 2014, os setores estão estruturados em governo geral e corporações públicas, consolidando o setor público conforme organograma a seguir. A Conta Intermediária de Governo e as Estatísticas de Finanças Públicas adotam a mesma abrangência nesta publicação.

Figura 1 - Composição do setor público



Governo central

O governo central, para fins de compilação das estatísticas brasileiras, é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal¹ e a Seguridade Social², exceto o Banco Central do Brasil, que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Os órgãos de serviços sociais autônomos sob controle do governo e os conselhos profissionais, que são considerados nas contas nacionais, não foram considerados nesta publicação, ainda que, conceitualmente, estejam sob a abrangência do governo central, por não se dispor em tempo hábil das informações necessárias para esta inclusão.

São incluídos ainda no âmbito do governo central os dados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (fundo de natureza privada e gestão pública, cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, que tem como principal fonte de receita a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores) e do Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Nesta publicação, diferentemente da anterior, não são mais consideradas como aplicações diretas do governo central as despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que passam a ser incorporadas no âmbito dos governos estaduais.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece à mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão dos Fundos de Previdência Social, que, conforme critério definido para o subsetor governo central, também serão agregados aos respectivos entes. Conforme mencionado anteriormente, a partir desta publicação as despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal serão consideradas no âmbito dos governos estaduais.

Arcabouço analítico

A Conta Intermediária de Governo e as Estatísticas de Finanças Públicas podem ser descritas como o registro e a apresentação sistemáticos de fluxos e estoques, sendo que os fluxos compreendem transações e outros fluxos econômicos. Enquanto os registros de fluxos e estoques são geralmente os mesmos nos dois sistemas, as contas em que são registrados diferem por causa dos objetivos específicos de cada um. Em geral, ambos têm o mesmo interesse nas atividades do governo geral e do setor público, embora o arranjo dos dados e os fluxos registrados sejam diferentes em alguns casos. Essas diferenças podem ser resumidas da seguinte forma:

- A estrutura do GFSM registra primariamente as operações do governo ou do setor público de acordo com a receita, a despesa, as transações com ativos, financeiros e não financeiros, e passivos. Essas transações e outros fluxos econômicos são integrados com os balanços. O SNA registra as transações do

¹ Integra a Lei Orçamentária Anual e refere-se ao orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

² Integra a Lei Orçamentária Anual e abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo poder público, vinculados à Seguridade Social.

governo de acordo com o envolvimento delas na medição da produção, geração, distribuição e uso da renda, do capital e das transações financeiras. Essas transações e outros fluxos econômicos também são integrados com balanços;

- O SNA concilia as contas correntes, contas de acumulação, e as posições de balanço em todos os setores institucionais, enquanto o GFSM realiza tais conciliações somente para o governo geral e setor público;
- Os dois sistemas diferem em práticas de registro: o GFSM é baseado no método das partidas dobradas, similar à contabilidade empresarial, enquanto o SNA é baseado no método das partidas quádruplas, pois a maioria das transações envolve duas unidades institucionais. Cada unidade institucional envolvida em uma transação deve registrar as transações de acordo com o método das partidas dobradas para as contas estarem em equilíbrio; e
- O foco do SNA é em vários tipos de processos econômicos. Por isso, onde o registro de uma única transação é suficiente no GFSM, múltiplas entradas podem ser necessárias no SNA para refletir corretamente todos os processos econômicos relevantes.

Estrutura de contas

O marco analítico do GFSM consiste em quatro demonstrativos. O Demonstrativo de Operações é uma apresentação de todas as transações registradas no GFSM; outros fluxos econômicos são apresentados no Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos, e as variáveis de estoque são apresentadas no Balanço Patrimonial; por fim, o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa fornece informações sobre a liquidez.

No SNA, as transações são apresentadas em uma sequência de sete contas; outros fluxos econômicos são apresentados em duas contas; e as variáveis de estoque são apresentadas na conta de patrimônio. Não há no SNA um demonstrativo equivalente ao Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa do GFSM.

Cada fluxo no SNA está relacionado a um tipo particular de processo econômico, como a produção, ou a geração, distribuição, redistribuição ou uso da renda, e acumulação. Cada uma das contas correntes mostra os recursos disponíveis para as unidades institucionais e os usos desses recursos. Essas contas são equilibradas por meio da introdução de um saldo contábil definido residualmente como a diferença entre os recursos totais registrados em um dos lados da conta e o total de usos registrados no outro lado. O saldo de uma conta é transportado como o primeiro item da conta seguinte, no lado oposto, o que torna o conjunto de contas um todo articulado.

No SNA, a sequência das contas de transações é dividida entre o grupo de contas correntes e o grupo de contas de acumulação. As contas correntes registram a produção de bens e serviços, bem como a geração, a distribuição, a redistribuição e a utilização da renda. As contas de acumulação registram as transferências de capital, a aquisição e a alienação de ativos e passivos, e outros fluxos econômicos relacionados a ativos e passivos. Apesar do grande número de contas no SNA, há ampla correspondência entre as estruturas dos conjuntos de dados do GFSM e do SNA.

O Demonstrativo de Operações do GFSM pode ser dividido em três seções, a saber:

- Transações que afetam o patrimônio líquido;
- Transações com ativos não financeiros; e
- Transações com ativos e passivos financeiros.

As transações que afetam o patrimônio líquido (receitas e despesas) no GFSM são consideradas como transações nas contas correntes do SNA, com uma exceção: transferências de capital são apresentadas na conta de capital do SNA, uma das contas de acumulação. Todas as transações com ativos não financeiros apresentadas na segunda seção do Demonstrativo de Operações do GFSM são evidenciadas na conta de capital do SNA, enquanto que as transações com ativos financeiros e passivos do GFSM correspondem às transações encontradas na conta financeira do SNA.

As contas do Sistema de Contas Nacionais brasileiro seguem a estrutura que compõem as Contas Econômicas Integradas - CEI, embora sejam vistas, nesta publicação, exclusivamente sob a ótica do setor institucional governo geral. A sequência de contas é a seguinte:

1. Conta de produção - conta que identifica o valor da produção e o consumo intermediário, tendo como saldo o valor adicionado bruto;
2. Conta de geração da renda - identifica os componentes do valor adicionado, tendo como saldo o excedente operacional bruto;
3. Conta de alocação da renda ou distribuição primária da renda - conta que parte do excedente operacional e acrescenta as rendas de propriedade pagas e recebidas, de forma a obter o saldo das rendas primárias ou renda nacional bruta quando se trata da economia como um todo;
4. Conta de distribuição secundária da renda - conta que acrescenta as operações de redistribuição de renda, que tem como saldo a renda disponível bruta;
5. Conta de uso da renda - conta que coloca em contraste a renda disponível bruta e a despesa de consumo final, tendo como saldo a poupança bruta; e
6. Conta de capital - primeira das contas de acumulação, coloca a poupança bruta em contraste com a aquisição de ativos fixos ou ativos não financeiros não produzidos. Seu saldo é a capacidade ou necessidade de financiamento do setor.

Além das transações que afetam o patrimônio líquido e as transações com ativos não financeiros, são apresentadas as transações com ativos e passivos financeiros, ou seja, a conta financeira. No Sistema de Contas Nacionais, a estrutura da conta financeira é apresentada da seguinte forma: no lado esquerdo da conta, registram-se as variações líquidas de ativos financeiros, enquanto no lado direito são registradas as variações líquidas de passivos. O saldo da conta financeira – variação líquida de ativos financeiros menos as variações líquidas de passivos, ou capacidade/necessidade de financiamento da conta financeira – é igual à capacidade/necessidade de financiamento, saldo da conta de capital.

A conta financeira é apresentada por instrumentos financeiros que são classificados em oito categorias baseadas, principalmente, no critério de liquidez e características legais que descrevem a forma de relacionamento entre o credor e o devedor. Na conta financeira, os instrumentos recebem a codificação Fi, onde o F é a operação

e o indicador *i* representa o tipo de instrumento. Os instrumentos financeiros são classificados como segue:

F.1 - Ouro monetário e direitos especiais de saques (DES) - o ouro monetário é o ouro de propriedade das autoridades monetárias, Banco Central do Brasil, e que se mantém como ativo de reserva. Os direitos especiais de saque são ativos internacionais de reservas criados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), sendo atribuídos aos países-membros na proporção das respectivas cotas naquele organismo internacional;

F.2 - Numerário e depósitos - o numerário compreende as notas e moedas em circulação que se utilizam normalmente para efetuar pagamentos (devem ser excluídas as moedas comemorativas que não estão em circulação). Os depósitos se subdividem em: depósitos transferíveis e outros depósitos. Os depósitos transferíveis são aqueles que podem ser imediatamente conversíveis em numerário ou facilmente transferíveis por meio de cheques, ordens de pagamentos, cartões de crédito ou similar, e utilizados normalmente para efetuar pagamentos; os outros depósitos não podem ser utilizados para efetuar pagamentos e incluem os depósitos de poupança, os depósitos a prazo fixo e os certificados de depósitos não negociáveis;

F.3 - Títulos de dívidas - instrumentos negociáveis que servem como comprovante da existência de uma dívida. Esta categoria inclui, entre outros, letras, bônus, certificados de depósitos negociáveis, títulos de renda fixa, debêntures, papéis comerciais, valores respaldados com ativos e instrumentos análogos normalmente negociáveis no mercado financeiro. Os títulos de dívidas de curto prazo incluem aqueles títulos cujo vencimento original é igual ou inferior a um ano; os de longo prazo, vencimento superior a um ano;

F.4 - Empréstimos - ativos financeiros que se criam quando os credores emprestam fundos diretamente aos devedores e que estão registrados em documentos não negociáveis. Incluem-se também nesta categoria os direitos ou passivos frente ao FMI que estão sob a forma de empréstimos. São considerados de curto prazo os empréstimos cujo vencimento original é igual ou inferior um ano; os de longo prazo, vencimento superior a um ano;

F.5 - Participação de capital e em fundos de investimentos - compreende todos os instrumentos e registros em que se reconhecem os direitos sobre o valor residual das sociedades, uma vez satisfeitos os direitos de todos os credores. Incluem-se nesta categoria as ações cotadas em bolsa de valores, as ações não cotadas, outras participações e as participações em fundos de investimento. As outras participações consistem em todas as formas de capital próprio, exceto as ações cotadas e não cotadas; as participações em fundos de investimentos constituem um investimento coletivo em outros ativos;

F.6 - Sistemas de seguros, de previdência e garantias padronizadas - funcionam como uma forma de redistribuição da renda ou riqueza intermediada pelas sociedades de seguros e fundos de pensão. Existem cinco tipos de reservas aplicadas aos sistemas de seguros, de previdência e garantias padronizadas: as reservas técnicas de seguros não vida; os direitos sobre as reservas de seguros

de vida e rendas vitalícias; os direitos sobre os fundos de pensão; os direitos dos fundos de pensão sobre os gerentes de planos de pensão; e as provisões para execuções sob sistemas de garantias padronizadas. No caso do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, as informações estão disponíveis apenas para os três primeiros instrumentos financeiros;

F7 - Derivativos financeiros e opções sobre ações atribuídas aos assalariados - instrumentos financeiros que estão vinculados a um instrumento ou indicador financeiro específico ou a uma mercadoria, mediante os quais se pode negociar riscos específicos nos mercados financeiros. Incluem-se nesta categoria os contratos de opção, os contratos a termo (*forwards*) e as opções sobre ações atribuídas aos assalariados; e

F8 - Outras contas a pagar/receber - compreende os créditos comerciais por bens e serviços extensivos às sociedades, ao governo, às instituições sem fins de lucros a serviço das famílias, às famílias e ao resto do mundo, bem como os adiantamentos de pagamentos por serviços em andamento. Os créditos comerciais e os adiantamentos não incluem os empréstimos para financiar os créditos comerciais que estão classificados como empréstimos³.

A elaboração da conta financeira foi efetuada com base em informações do Banco Central do Brasil, com a finalidade de atender aos requisitos do Sistema de Contas Nacionais e dos demonstrativos do GFSM 2014. Os resultados da conta financeira apresentados nesta publicação não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, em particular com as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central do Brasil, que possuem aspectos metodológicos distintos.

A estrutura e a classificação de ativos e passivos financeiros nas estatísticas de finanças públicas do GFSM 2014 são essencialmente as mesmas. A correspondência entre os instrumentos financeiros do GFSM e do SNA está especificada no Anexo 3.

Diferenças entre a Conta Intermediária de Governo e as Contas Econômicas Integradas - CEI

A Conta Intermediária de Governo apresenta como característica central uma leitura de uma base de dados composta pelas informações da Secretaria do Tesouro Nacional e dados dos demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, não considerando outras fontes de informação utilizadas na compilação da conta do governo geral no âmbito das Contas Econômicas Integradas - CEI. Essas informações estão organizadas de forma a espelharem os conceitos do Sistema de Contas Nacionais, porém preservando a lógica contábil das fontes primárias de informação.

A Conta Intermediária de Governo constitui um passo inicial para a elaboração da conta central, à qual são agregadas outras fontes de informação e colocadas em

³ Conforme mencionado na **Introdução** desta publicação, as transações no instrumento F89 - Outras contas a receber/ Outros - ativo, vinculadas ao setor institucional governo geral, representam, em sua maioria, o fluxo do resultado primário líquido mais juros nominais ocorrido entre Banco Central e governo geral, referente as operações com *swaps* cambiais e reservas internacionais, vinculadas à equalização cambial.

contraste com as informações dos demais setores institucionais que compõem o Sistema de Contas Nacionais⁴. Nesse sentido, é importante destacar as diferenças entre a abordagem intermediária e a conta do setor publicada nas CEI.

Abrangência

Nesta publicação, a Conta Intermediária de Governo considera exatamente o mesmo âmbito institucional observado nas Estatísticas de Finanças Públicas. Nas CEI, são considerados também como parte do setor governo geral outras entidades paraestatais que têm como principal fonte de receita as contribuições com caráter obrigatório. São elas:

- **Sistema S** - instituições produtoras de serviços sociais que têm como principal fonte de receita as contribuições compulsórias com ônus ao setor produtivo nacional; e
- **Conselhos profissionais** - instituições de apoio à regulação das atividades profissionais que têm como principal fonte de recursos as contribuições compulsórias de seus filiados⁵.

Atividades econômicas

Outra diferença importante da conta central para a conta intermediária diz respeito à sua integração com a Tabela de Recursos e Usos -TRU, que apresenta os dados sob a ótica das atividades econômicas. Para composição das atividades econômicas de Educação pública e Saúde pública, o Sistema de Contas Nacionais utiliza outras fontes de dados, como o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, do Ministério da Saúde, e pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O tratamento de atividades econômicas exige o detalhamento das contas para a identificação de estruturas de consumo intermediário e de outras operações no ano-base. Para o governo federal, utilizaram-se as informações do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e do ComprasNet, o portal de compras do governo federal, na Internet, disponível no endereço <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Para os governos estaduais e municipais, foram usadas as informações disponíveis nos balanços gerais divulgados e nos portais da transparência de estados e municípios, além das informações da pesquisa Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, realizada pela Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE, que manteve sua coleta até o exercício de 2011.

⁴ Sobre os setores institucionais do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, consultar a publicação: SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 4: setores institucionais (versão para informação e comentários): versão 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 11 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contas_nacionais/2013/default_SCN_2010.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

⁵ As fontes complementares para apuração das CEI são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis dos Conselhos Profissionais, das instituições que compõem o Sistema S, bem como as informações da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, da Secretaria da Receita Federal, e das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE.

A utilização dessas fontes implica em impactos diversos nos agregados das contas. Por exemplo, o gasto com medicamentos utilizados ou distribuídos diretamente às famílias, identificado a partir de informações do Ministério da Saúde, é classificado nas contas econômicas integradas como consumo final mercantil do governo. Na Conta Intermediária de Governo, parte deste gasto está incluída na rubrica de material de consumo, que é classificado como consumo intermediário.

Imputações e compatibilizações das Contas Econômicas Integradas - CEI

O Sistema de Contas Nacionais considera ainda na composição do setor institucional governo geral das CEI um conjunto de imputações que dependem de outras fontes de informação para sua compilação. Em particular, dois conjuntos de informações que são imputadas no Sistema de Contas Nacionais geram impactos que o diferenciam da Conta Intermediária de Governo:

- **Juros e serviços financeiros** - há um conjunto de serviços financeiros que são imputados ao governo geral nas CEI a partir do contraste entre as informações do setor financeiro e os demais setores. Os juros pagos e recebidos do governo geral são obtidos não a partir dos registros contábeis do próprio governo, mas da matriz de juros dos setores institucionais que identifica os setores credores e devedores desta operação. A partir dessa matriz, também são identificados os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM), que são imputados no consumo intermediário das atividades econômicas, no consumo final das famílias, exportações e importações. Por fim, partindo de informações do Banco Central do Brasil, são imputados no consumo final do governo os serviços não mercantis prestados pelo Banco Central do Brasil ao governo.
- **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** - seguindo a orientação do SNA 2008, os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) governamental são tratados como formação bruta de capital fixo. A identificação desses gastos exige, igualmente, recurso a outras fontes de informação, notadamente a abordagem adotada pela Coordenação-Geral de Indicadores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações cujas fontes para elaboração são as seguintes:
 - a) Governo federal - uma extração especial: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, base de dados do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, com as instituições e ações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) selecionadas;
 - b) Governos estaduais - balanços dos governos estaduais, levantamentos especiais junto às Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia e consultas aos portais de transparência dos governos estaduais; e

c) Governos municipais - estimativas baseadas nas despesas do demonstrativo por funções⁶. Este tratamento eleva a formação bruta de capital fixo nas CEI, reduz o consumo do governo e eleva a poupança bruta em relação à Conta Intermediária de Governo.

Fontes de informação

A fonte primária para a obtenção de dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. A base de informação para as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis de ambos.

A fonte primária para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, a partir de 2014, é a base de contas anuais do FINBRA (Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios), do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI⁷. Esse banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as Unidades da Federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disso, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências, como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por esses motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste anteriormente descrita foi adotada na fonte primária de dados dos estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária Execução Orçamentária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais (*Government finance statistics manual* - GFSM: código 1212 e *System of national accounts* - SNA: código 0D1002) dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

⁶ Sobre o tratamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Sistema de Contas Nacionais, consultar : SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 16: pesquisa e desenvolvimento (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 7 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default_SCN_2010.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

⁷ Para informações complementares consultar: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Execução orçamentária dos estados [1995-2013]*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: abr. 2017.

Outra fonte complementar de informação são as informações da conta financeira e as receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados dessas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo de todas as esferas e as contribuições sociais imputadas para a União são iguais sob os dois prismas analisados (GFSM e SNA), pois aquelas rubricas foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Metodologia

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o *Government finance statistics manual 2014* - GFSM 2014 determine a adoção do critério de competência. A razão para a utilização do critério de caixa é a inexistência de receita apurada pelo regime de competência na contabilidade governamental para o período abrangido nesta publicação.

Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar, ao ser pago, foi, em algum momento, obrigatoriamente liquidado.

Consolidação

De acordo com o GFSM 2014, a consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se fossem uma única unidade. Todas as transações e ativos/passivos cruzados devem ser eliminados para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada, primeiramente, a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios, de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e também na forma consolidada, prática adotada neste trabalho.

Um exemplo de ajuste de consolidação que deve ser feito ocorre quando a União realiza uma transferência (corrente ou de capital) para os estados. Neste caso, esta

transação deveria ser eliminada ao mesmo tempo em que também se desconsideraria a receita de transferência (corrente ou de capital) registrada por esses estados, uma vez que o objetivo principal é analisar os dados para um setor mais amplo, o de governo geral.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para o tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho, e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que, ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada nesta publicação para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Uma das principais diferenças entre o GFSM e o SNA em relação a regras contábeis diz respeito à consolidação. Em princípio, o GFSM requer a eliminação de todos os fluxos intra e intersetoriais e estoques entre unidades do mesmo setor e subsetores. A consolidação pode ser aplicada aos dados estatísticos de qualquer grupo de unidades, incluindo os subsetores do setor de governo geral, todo o setor público, ou qualquer outro agrupamento de interesse analítico.

Como princípio geral, a consolidação não é usada no SNA, embora se reconheça que ela pode ser útil para o setor governo geral. Mesmo quando usada no Sistema de Contas Nacionais, as transações que constam em diferentes contas não são consolidadas. Por exemplo, no Sistema de Contas Nacionais, os juros recebíveis por uma unidade do governo que são devidos por outra unidade do governo são mostrados como receita e despesa nas contas do setor de governo geral. Em contraste, no GFSM é usada a consolidação integral. Esses juros não são contabilizados como despesa ou receita nos dados para o setor de governo geral consolidado como um todo, embora pudessem figurar nas contas dos subsetores do governo geral, se as duas partes envolvidas estão em diferentes subsetores. Do ponto de vista do Sistema de Contas Nacionais, os fluxos entre subsetores de um mesmo setor institucional devem ser equilibrados de forma a não ter impacto nas contas com os demais setores.

Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas 2015

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do governo geral - 2015

1. Demonstrativo de Operações - Governo Geral	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)							Governo Geral (6)
	Governo Central				Governos Estaduais (4)	Governos Municipais (5)	Coluna de Consolidação (3)	
	Orçamento (1)	Extra-orçamentário (2)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Central				
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1 Receita (7)	1 578 162	159 952	0	1 738 115	731 054	525 631	(-) 532 853	2 461 946
11 Impostos	768 951	0	0	768 951	478 413	119 015	0	1 366 379
12 Contribuições sociais	438 156	118 536	0	556 692	51 377	44 681	0	652 750
13 Transferências/Doações	559	0	0	559	138 824	301 269	(-) 440 611	40
14 Outras receitas	370 496	41 416	0	411 912	62 441	60 666	(-) 92 242	442 777
2 Despesa (8)	2 062 757	132 629	0	2 195 387	800 585	511 059	(-) 532 853	2 974 177
21 Remuneração de empregados	241 692	0	0	241 692	291 104	242 908	0	775 704
22 Uso de bens e serviços	65 700	4 527	0	70 227	95 075	156 341	0	321 643
23 Consumo de capital fixo (9)	27 854	0	0	27 854	32 201	27 534	0	87 589
24 Juros (10)	700 467	28 041	...	728 508	89 632	17 100	(-) 92 242	742 998
25 Subsídios	24 649	0	0	24 649	324	258	0	25 231
26 Transferências/Doações	315 363	0	0	315 363	127 279	685	(-) 440 611	2 716
27 Benefícios sociais	667 437	100 060	0	767 497	133 097	33 883	0	934 477
28 Outras despesas	19 597	0	0	19 597	31 874	32 349	0	83 819
Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	(-) 456 741	27 323	0	(-) 429 418	(-) 37 330	42 106	0	(-) 424 642
Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	(-) 484 595	27 323	0	(-) 457 272	(-) 69 531	14 572	0	(-) 512 231
Transações com ativos não financeiros								
31 Investimento líquido em ativos não financeiros	(-) 5 837	0	0	(-) 5 837	2 293	12 132	0	8 589
311 Ativos fixos (11)	(-) 2 641	0	0	(-) 2 641	2 276	12 097	0	11 732
312 Estoques	1 482	0	0	1 482	17	35	0	1 534
313 Objetos de valor	67	0	0	67	0	0	0	67
314 Ativos não produzidos	(-) 4 744	0	0	(-) 4 744	0	0	0	(-) 4 744
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (1-2-31)	(-) 478 759	27 323	0	(-) 451 435	(-) 71 824	2 440	0	(-) 520 820
Transações com ativos e passivos financeiros (financiamento) (12)								
32 Aquisição líquida de ativos financeiros	43.817
33 Incorrido líquido de passivos	564.637
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento (32-33) (12)	(-) 520 820
Itens de memorando								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	2 034 903	132 629	0	2 167 533	768 384	483 525	(-) 532 853	2 886 588
2. Aquisição bruta de ativos fixos (FBCF)	25 213	0	0	25 213	34 477	39 631	0	99 321
3. Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária	(-) 50 531	18 878	0	(-) 31 652	10 512	5 638	0	(-) 15 503

Fontes: 1. IBGE. 2. Banco Central do Brasil. 3. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Dados sujeitos a alteração.

(1) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil. (2) Informações provenientes das demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, que, conceitualmente, estão sob a abrangência do governo central. (3) Corresponde às transações cruzadas que devem ser eliminadas para efeito de consolidação, de modo a excluir a duplicidade de valores. (4) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados. (5) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA (Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios). Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados. (6) O resultado consolidado exclui as transferências e os juros intergovernamentais. (7) Receita apurada pelo regime de caixa. (8) Despesa apurada pelo regime de competência, que corresponde ao conceito de despesa liquidada, incluído o pagamento de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Exclui o pagamento dos débitos da União realizados em 2015 referentes aos anos anteriores junto ao Banco do Brasil - BB, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (9) Informações provenientes do IBGE, Sistema de Contas Nacionais. O consumo de capital fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo, de modo que não há impacto sobre a capacidade/necessidade líquida de financiamento. (10) Informações provenientes do Banco Central do Brasil, demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP. (11) O montante de ativo fixo exclui o consumo de capital fixo (12) A discrepância estatística entre o indicador de necessidade de financiamento apurado por meio das transações que afetam o patrimônio líquido (acima da linha) e o apurado por meio das transações com ativos e passivos financeiros (abaixo da linha) foi imputada em "Outras contas a pagar" (3308).

Tabela 2 - Demonstrativo de receita - 2015

(continua)

2. Receita	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)							
	Governo Central				Governos Estaduais (4)	Governos Municipais (5)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Geral (6)
	Orçamentário (1)	Extraorçamentário (2)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Central				
1 Receita (7)	1 578 162	159 952	0	1 738 115	731 054	525 631	(-) 532 853	2 461 946
11 Impostos	768 951	0	0	768 951	478 413	119 015	0	1 366 379
111 Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	355 264	0	0	355 264	33 178	12 696	0	401 138
1111 Pagos por pessoas físicas	103 082	0	0	103 082	33 178	12 696	0	148 956
1112 Pagos por corporações e outras empresas	164 057	0	0	164 057	0	0	0	164 057
1113 Outros	88 125	0	0	88 125	0	0	0	88 125
112 Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	20 988	0	0	20 988	0	0	0	20 988
113 Impostos sobre a propriedade	1 131	0	0	1 131	43 677	41 682	0	86 490
1131 Impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária	1 105	0	0	1 105	998	41 470	0	43 573
1132 Impostos incidentes sobre o patrimônio líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
1133 Impostos sobre espólios, herança e doações	0	0	0	0	6 461	0	0	6 461
1135 Impostos incidentes sobre o capital	26	0	0	26	0	213	0	238
1136 Outros impostos incidentes sobre a propriedade	0	0	0	0	36 219	0	0	36 219
114 Impostos sobre bens e serviços	352 540	0	0	352 540	401 476	63 498	0	817 515
1141 Impostos gerais sobre bens e serviços	328 248	0	0	328 248	396 405	54 692	0	779 345
11411 Impostos sobre o valor agregado	0	0	0	0	0	0	0	0
11412 Impostos sobre vendas	48 049	0	0	48 049	0	0	0	48 049
11413 Impostos sobre o volume de vendas e outros impostos gerais	245 513	0	0	245 513	396 405	54 692	0	696 610
11414 Impostos sobre transações financeiras e de capital	34 686	0	0	34 686	0	0	0	34 686
1142 Impostos sobre consumo	3 728	0	0	3 728	0	0	0	3 728
1143 Lucros sobre monopólios fiscais	0	0	0	0	0	0	0	0
1144 Impostos sobre serviços específicos	15 653	0	0	15 653	238	6 028	0	21 919
1145 Impostos sobre o uso ou a permissão de uso de bens ou realização de atividades	3 833	0	0	3 833	4 833	2 777	0	11 443
11451 Impostos sobre veículos automotores	0	0	0	0	0	0	0	0
11452 Outros	3 833	0	0	3 833	4 833	2 777	0	11 443
1146 Outros impostos sobre bens e serviços	1 079	0	0	1 079	0	0	0	1 079
115 Impostos sobre o comércio e transações internacionais	39 518	0	0	39 518	0	0	0	39 518
1151 Impostos alfandegários e outras tarifas de importação	38 870	0	0	38 870	0	0	0	38 870
1152 Impostos sobre exportações	99	0	0	99	0	0	0	99
1153 Lucros de monopólios de exportação e importação	0	0	0	0	0	0	0	0
1154 Lucros cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0
1155 Impostos cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0
1156 Outros impostos sobre o comércio e transações internacionais	549	0	0	549	0	0	0	549
116 Outros impostos	(-) 490	0	0	(-) 490	82	1 138	0	730
12 Contribuições sociais	438 156	118 536	0	556 692	51 377	44 681	0	652 750
121 Contribuições a seguridade social	320 478	118 536	0	439 014	0	0	0	439 014
1211 Contribuições de empregados	60 313	0	0	60 313	0	0	0	60 313
1212 Contribuições de empregadores	248 483	118 536	0	367 019	0	0	0	367 019
1213 Contribuições de trabalhadores autônomos ou desempregados	9 136	0	0	9 136	0	0	0	9 136
1214 Contribuições não classificadas	2 546	0	0	2 546	0	0	0	2 546

Tabela 2 - Demonstrativo de receita - 2015

(conclusão)

2. Receita	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)							
	Governo Central				Governos Estaduais (4)	Governos Municipais (5)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Geral (6)
	Orçamentário (1)	Extraorçamentário (2)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Central				
122 Outras contribuições sociais	117 678	0	0	117 678	51 377	44.681	0	213 735
1221 Contribuições de empregados	15 884	0	0	15 884	20 294	13.147	0	49 325
1222 Contribuições de empregadores	27 993	0	0	27 993	31 082	31.533	0	90 609
1223 Contribuições imputadas (8)	73 801	0	0	73 801	0	73 801
13 Transferências/Doações	559	0	0	559	138 824	301.269	(-) 440 611	40
131 De governos estrangeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
1311 Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
1312 Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
132 De organizações internacionais	19	0	0	19	15	6	0	40
1321 Correntes	2	0	0	2	7	5	0	15
1322 Capital	17	0	0	17	8	1	0	25
133 De outras unidades do governo geral	539	0	0	539	138 809	301.263	(-) 440 611	0
1331 Correntes	461	0	0	461	135 062	289.458	(-) 424 980	0
1332 Capital	79	0	0	79	3 747	11.805	(-) 15 630	0
14 Outras receitas	370 496	41 416	0	411 912	62 441	60.666	(-) 92 242	442 777
141 Rendas patrimoniais	315 622	36 486	0	352 109	10 628	17.373	(-) 92 242	287 867
1411 Juros (9)	272 239	36 486	...	308 725	7 297	13.902	(-) 92 242	237 682
14111 Recebidos de não residentes	0	0	0	0	0	0
14112 Recebidos de residentes, exceto governo geral	180 070	180 070	7 223	13.902	0	201 196
14113 Recebidos de outras unidades de governo geral	92 169	92 169	73	0	(-) 92 242	0
1412 Dividendos	12 029	0	0	12 029	1 598	129	0	13 756
1413 Retiradas de renda de quase-corporações	0	0	0	0	0	0	0	0
1414 Renda patrimonial atribuída a titulares de apólice de seguro	0	0	0	0	0	0	0	0
1415 Concessão de ativos não produzidos	31 354	0	0	31 354	1 734	3.341	0	36 429
1416 Lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto	0	0	0	0	0	0	0	0
142 Vendas de bens e serviços	14 617	0	0	14 617	19 772	19.613	0	54 002
1421 Vendas por estabelecimentos de mercado	0	0	0	0	0	0	0	0
1422 Taxas administrativas	9 235	0	0	9 235	10 677	5.994	0	25 906
1423 Vendas eventuais por estabelecimentos não mercantis	5 382	0	0	5 382	9 095	13.618	0	28 095
1424 Vendas imputadas de bens e serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
143 Multas, sanções pecuniárias e perdas	21 324	0	0	21 324	6 977	8.142	0	36 443
144 Outras transferências	18 933	4 930	0	23 863	25 064	15.539	0	64 465
1441 Correntes	18 908	0	0	18 908	22 764	13.824	0	55 495
1442 Capital	25	4 930	0	4 955	2 300	1.715	0	8 970
145 Prêmios, taxas e direitos relativos a seguros e esquemas padronizados de garantia	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: 1. IBGE. 2. Banco Central do Brasil. 3. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Dados sujeitos a alteração.

(1) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil. (2) Informações provenientes das demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, que, conceitualmente, estão sob a abrangência do governo central. (3) Corresponde às transações cruzadas que devem ser eliminadas para efeito de consolidação, de modo a excluir a duplicidade de valores. (4) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados. (5) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA (Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios). Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados. (6) O resultado consolidado exclui as transferências e os juros intergovernamentais. (7) Receita apurada pelo regime de caixa. (8) Informações provenientes do IBGE. As contribuições imputadas correspondem à diferença entre os benefícios sociais pagos pela administração pública diretamente aos seus servidores (RPPS) e as contribuições recebidas. (9) Informações provenientes do Banco Central do Brasil, demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.

Tabela 3 - Demonstrativo de despesas - 2015

3. Despesa	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)							
	Governo Central				Governos Estaduais (4)	Governos Municipais (5)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Geral (6)
	Orçamentário (1)	Extraorçamentário (2)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Central				
2 Despesa (7)	2 062 757	132 629	0	2 195 387	800 585	511 059	(-) 532 853	2 974 177
21 Remuneração de empregados	241 692	0	0	241 692	291 104	242 908	0	775 704
211 Salários e vencimentos	147 772	0	0	147 772	240 812	203 696	0	592 280
212 Contribuições sociais	93 920	0	0	93 920	50 292	39 212	0	183 425
2121 Contribuições sociais efetivas	20 119	0	0	20 119	50 292	39 212	0	109 624
2122 Contribuições sociais imputadas (8)	73 801	0	0	73 801	0	73 801
22 Uso de bens e serviços	65 700	4 527	0	70 227	95 075	156 341	0	321 643
23 Consumo de capital fixo (9)	27 854	0	0	27 854	32 201	27 534	0	87 589
24 Juros (10)	700 467	28 041	...	728 508	89 632	17 100	(-) 92 242	742 998
241 A não residentes	67 680	67 680	1 897	249	0	69 826
242 A residentes, exceto governo geral	632 714	632 714	10 966	1 450	0	645 131
243 A outras unidades do governo geral	73	73	76 768	15 401	(-) 92 242	0
25 Subsídios	24 649	0	0	24 649	324	258	0	25 231
251 A corporações públicas	0	0	0	0	0	0	0	0
252 A empresas privadas	24 649	0	0	24 649	324	258	0	25 231
253 A outros setores	0	0	0	0	0	0	0	0
26 Transferências/Doações	315 363	0	0	315 363	127 279	685	(-) 440 611	2 716
261 A governos estrangeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
2611 Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
2612 Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
262 A organizações internacionais	2 706	0	0	2 706	10	0	0	2 716
2621 Correntes	2 700	0	0	2 700	10	0	0	2 709
2622 Capital	6	0	0	6	0	0	0	6
263 A outras unidades do governo geral	312 657	0	0	312 657	127 269	685	(-) 440 611	0
2631 Correntes	299 377	0	0	299 377	125 034	569	(-) 424 980	0
2632 Capital	13 279	0	0	13 279	2 235	116	(-) 15 630	0
27 Benefícios sociais	667 437	100 060	0	767 497	133 097	33 883	0	934 477
271 Benefícios de seguridade social	492 311	0	0	492 311	0	0	0	492 311
272 Benefícios de assistência social	71 501	0	0	71 501	3 006	2 381	0	76 887
273 Benefícios sociais do empregador	103 624	100 060	0	203 685	130 091	31 502	0	365 278
28 Outras despesas	19 597	0	0	19 597	31 874	32 349	0	83 819
281 Despesas patrimoniais, exceto juros	0	0	0	0	0	67	0	67
2811 Dividendos	0	0	0	0	0	67	0	67
2812 Retiradas de renda de quase-corporações	0	0	0	0	0	0	0	0
2813 Despesas patrimoniais decorrentes de apólices de	0	0	0	0	0	0	0	0
2814 Aluguel de ativos não produzidos	0	0	0	0	0	0	0	0
2815 Lucros de investimento direto estrangeiro reinvestido	0	0	0	0	0	0	0	0
282 Outras despesas diversas	19 597	0	0	19 597	31 874	32 282	0	83 752
2821 Correntes	7 716	0	0	7 716	30 901	32 004	0	70 620
2822 Capital	11 881	0	0	11 881	972	278	0	13 131
283 Prêmios, taxas e direitos relativos a seguros e esquemas padronizados de garantia	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: 1. IBGE. 2. Banco Central do Brasil. 3. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Dados sujeitos a alteração.

(1) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil. (2) Informações provenientes das demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, que, conceitualmente, estão sob a abrangência do governo central. (3) Corresponde às transações cruzadas que devem ser eliminadas para efeito de consolidação, de modo a excluir a duplicidade de valores. (4) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados. (5) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA (Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios). Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados. (6) O resultado consolidado exclui as transferências e os juros intergovernamentais. (7) Despesa apurada pelo regime de competência, que corresponde ao conceito de despesa liquidada, incluído o pagamento de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Exclui o pagamento dos débitos da União realizados em 2015 referentes aos anos anteriores junto ao Banco do Brasil - BB, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (8) Informações provenientes do IBGE, Sistema de Contas Nacionais. As contribuições imputadas correspondem à diferença entre os benefícios sociais pagos pela administração pública diretamente aos seus servidores (RPPS) e as contribuições recebidas. (9) Informações provenientes do IBGE, Sistema de Contas Nacionais. O consumo de capital fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo, de modo que não há impacto sobre a capacidade/necessidade líquida de financiamento. (10) Informações provenientes do Banco Central do Brasil, demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.

Tabela 4 - Demonstrativo de transações com ativos e passivos - 2015

4. Transações em ativos e passivos	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)							
	Governo Central				Governos Estaduais (4)	Governos Municipais (5)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Geral (6)
	Orçamentário (1)	Extraorçamentário (2)	Coluna de Consolidação (3)	Governo Central				
3 Transações líquidas com ativos e passivos	(-) 512 231
31 Investimento líquido em ativos não financeiros (7)	(-) 5 837	0	0	(-) 5 837	2 293	12 132	0	8 589
311 Ativos fixos	(-) 2 641	0	0	(-) 2 641	2 276	12 097	0	11 732
3111 Edifícios e estruturas	(-) 1 743	0	0	(-) 1 743	1 905	10 495	0	10 657
3112 Máquinas e equipamentos	(-) 551	0	0	(-) 551	361	1 598	0	1 408
3113 Outros ativos fixos	(-) 335	0	0	(-) 335	10	5	0	(-) 320
3114 Sistemas de armamento	(-) 13	0	0	(-) 13	0	0	0	(-) 13
312 Estoques	1 482	0	0	1 482	17	35	0	1 534
313 Objetos de valor	67	0	0	67	0	0	0	67
314 Ativos não produzidos	(-) 4 744	0	0	(-) 4 744	0	0	0	(-) 4 744
3141 Terra	87	0	0	87	0	0	0	87
3142 Recursos minerais e energéticos	0	0	0	0	0	0	0	0
3143 Outros ativos de origem natural	0	0	0	0	0	0	0	0
3144 Ativos não produzidos intangíveis	(-) 4 831	0	0	(-) 4 831	0	0	0	(-) 4 831
32 Aquisição líquida de ativos financeiros (8)	-	-	-	-	-	-	-	43 817
3201 Ouro monetário e Direitos especiais de saque (DES)	-	-	-	-	-	-	-	-
3202 Moedas e depósitos	226 299
3203 Títulos, exceto ações	15 804
3204 Empréstimos	128 642
3205 Ações e outras participações de capital	8 927
3206 Regimes de seguros, pensões e garantias padronizadas	0
3207 Derivativos financeiros e opções de compra de ações por empregados	0
3208 Outras contas a receber	(-) 335 855
33 Incorrimto líquido de passivos (8)	-	-	-	-	-	-	-	564 637
3301 Direitos especiais de saque (DES)	-	-	-	-	-	-	-	-
3302 Moedas e depósitos	35 421
3303 Títulos, exceto ações	538 387
3304 Empréstimos	51 449
3305 Ações e outras participações de capital	0
3306 Regimes de seguros, pensões e garantias padronizadas	0
3307 Derivativos financeiros e opções de compra de ações por empregados	0
3308 Outras contas a pagar (9)	(-) 60 620

Fontes: 1. IBGE. 2. Banco Central do Brasil. 3. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Dados sujeitos a alteração.

(1) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil. (2) Informações provenientes das demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, que, conceitualmente, estão sob a abrangência do governo central. (3) Corresponde às transações cruzadas que devem ser eliminadas para efeito de consolidação, de modo a excluir a duplicidade de valores. (4) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, Execução Orçamentária dos Estados. (5) Informações provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA (Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios). Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados. (6) O resultado consolidado exclui as transferências e os juros intergovernamentais. (7) Transações líquidas em ativos não financeiros corresponde a aquisição menos disposição menos consumo de capital fixo. O consumo de capital fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre a capacidade/necessidade líquida de financiamento. A abertura do consumo de capital fixo por tipo de ativo fixo não está disponível. (8) Informações provenientes do Banco Central do Brasil. (9) A discrepância estatística entre o indicador de necessidade de financiamento apurado por meio das transações que afetam o patrimônio líquido (acima da linha) e o apurado por meio das transações com ativos e passivos financeiros (abaixo da linha) foi imputada em "Outras contas a pagar" (3308).

Conta Intermediária de Governo 2015

Conta Intermediária de Governo - 2015

Contas	Total	Esfera de Governo			Códigos	Operações e saldos	Esfera de Governo			Total	Contas
		S.3.1	S.3.2	S.3.3			S.3.3	S.3.2	S.3.1		
		Federal	Estadual	Municipal			Municipal	Estadual	Federal		
Valores correntes (1 000 000 R\$)						Valores correntes (1 000 000 R\$)					
Usos						Recursos					
1. Produção					P.1	Produção					1. Produção
					P.11	Produção mercantil	423 836	419 119	327 430	1 170 385	
					P.12	Produção não-mercantil	10 213	11 382	11 922	33 517	
	311 518	57 915	99 716	153 888	P.2	Consumo intermediário	413 623	407 737	315 508	1 136 868	
	858 867	269 515	319 403	269 949	B.1	Valor adicionado bruto	269 949	319 403	269 515	858 867	
2.1.1. Geração da renda					D.1	Remuneração dos empregados					2.1.2. Alocação da renda primária
				242 415	D.11	Ordenados e salários					
	771 137	241 521	287 202		D.12	Contribuições sociais dos empregadores					
	587 715	147 603	236 910		D.121	Contribuições sociais efetivas					
	183 422	93 918	50 292	39 212	D.122	Contribuições sociais imputadas					
	109 621	20 117	50 292	39 212	D.2	Impostos sobre a produção e a importação					
	73 801	73 801			B.2	Excedente operacional bruto	27 534	32 201	27 854	87 589	
	140	140			D.4	Rendas de propriedade	16 477	10 410	351 487	378 374	
	87 589	27 854	32 201	27 534	D.41	Juros	13 902	7 297	308 725	329 925	
					D.42	Dividendos e retiradas	96	1 994	12 029	14 118	
2.1.2. Alocação da renda primária					D.45	Renda de recursos naturais	2 479	1 119	30 732	34 331	2.2. Distribuição secundária da renda
	835 241	728 508	89 632	17 100	D.2	Impostos sobre a produção e a importação	79 057	415 821	412 403	907 281	
	835 241	728 508	89 632	17 100	D.21	Impostos sobre produto	64 665	396 062	385 070	845 797	
					D.22	Outros impostos sobre a produção	14 392	19 759	27 333	61 483	
					D.3	Subsídios sobre a produção e a importação					
	25 201	24 632	322	247	B.5	Saldo das rendas primárias brutas	105 721	368 478	38 603	512 802	
	512 802	38 603	368 478	105 721	D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	44 193	70 106	356 401	470 700	
					D.61	Contribuições sociais	32 403	62 565	556 683	651 651	
	39	39			D.611	Contribuições sociais efetivas dos empregadores	22 577	36 629	395 190	454 395	
					D.612	Contribuições sociais imputadas dos empregadores			73 801	73 801	
2.2. Distribuição secundária da renda					D.613	Contribuições sociais efetivas das famílias/empregados	9 827	25 936	87 693	123 455	2.3. Uso da renda
	937 013	767 844	135 305	33 863	D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie					
	493 046	493 046			D.621	Benefícios de seguridade social em numerário					
	368 065	204 032	132 509	31 524	D.622	Outros benefícios de seguro social					
	75 901	70 766	2 796	2 339	D.623	Benefícios de assistência social em numerário					
	486 311	309 621	148 165	28 526	D.7	Outras transferências correntes	305 774	173 300	42 684	521 758	
	424 150	299 498	123 987	665	D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	288 876	134 811	463	424 150	
	62 162	10 123	24 178	27 861	D.75	Transferências correntes diversas	16 899	38 489	42 221	97 609	
	733 549	(-) 83 133	390 979	425 703	B.6	Renda disponível bruta	425 703	390 979	(-) 83 133	733 549	
	1 154 812	328 254	409 307	417 251	P.3	Despesa de consumo final					
(-) 421 263	(-) 411 388	(-) 18 327	8 452	B.8	Poupança bruta						
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)						Contas de acumulação (1 000 000 R\$)					
Variações de ativos						Variações de passivos e patrimônio líquido					
3.1. Capital					B.8	Poupança bruta	8 452	(-) 18 327	(-) 411 388	(-) 421 263	3.1. Capital
	32 042	24 922	3 492	3 629	D.9	Transferências de capital	12 333	12 390	5 888	30 611	
	8	8			D.91	Impostos sobre capital	213	6 468	26	6 706	
	32 034	24 913	3 492	3 629	D.99	Outras transferências de capital	12 120	5 922	5 863	23 905	
	101 921	26 975	34 512	40 434	P.51	Formação bruta de capital fixo					
	114	114			NP	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos			4 854	4 854	
	(-) 519 875	(-) 452 656	(-) 43 941	(-) 23 278	B.9	Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento	(-) 23 278	(-) 43 941	(-) 452 656	(-) 519 875	
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)						Contas de acumulação (1 000 000 R\$)					
Variações de ativos						Variações de passivos e patrimônio líquido					
3.2. Conta financeira	43 817				F	Aquisição líquida de ativos financeiros/Aquisição líquida de passivos				563 693	3.2. Conta financeira
	226 299				F.1	Ouro monetário e DES				35 421	
	224 104				F.2	Numerário e depósitos				35 421	
	2 196				F.21	Numerário				538 387	
	15 804				F.22	Depósito transferível				(-) 575 801	
	(-) 11 174				F.29	Outros depósitos				1 114 188	
	26 978				F.3	Títulos de dívidas				51 449	
	128 642				F.31	Curto prazo				(-) 541	
	6 140				F.32	Longo prazo				51 989	
	122 502				F.4	Empréstimos					
	8 927				F.41	Curto prazo					
	9 251				F.42	Longo prazo					
	3 825				F.5	Participações de capital e em fundos de investimentos					
	5 426				F.51	Participações capital					
	(-) 324				F.511	Ações cotadas					
					F.512/19	Ações não cotadas e outras participações					
					F.52	Participações em fundos de investimentos					
					F.6	Planos de seguros, de previdência e regime de garantias padronizadas					
					F.61	Reservas técnica de seguros não vida					
					F.62	Direitos de seguros de vida e rendas vitalícias					
				F.63	Direitos sobre os fundos de pensão						
				F.7	Derivativos financeiros						
(-) 335 855				F.8	Outras contas a receber/pagar				(-) 61 564		
3 067				F.81	Créditos comerciais e adiantamentos				(-) 442		
(-) 338 921				F.89	Outros				(-) 61 122		
(-) 519 875				B.9	Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento				(-) 519 875		

Referências

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Contabilidade pública: implantação do PCASP [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público]*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Execução orçamentária dos estados [1995-2013]*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Finanças do Brasil - Finbra: dados contábeis dos municípios, 1989-2013*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: abr. 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Balance of payments and international investment position manual*. 6th ed. Washington, DC: IMF, 2009. 351 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/bopman6.htm>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. *Government finance statistics manual 2014*. Washington, DC: IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. *A manual on government finance statistics*. Washington, DC: IMF, 1986. 373 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/1986/eng/>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. *Monetary and financial statistics manual*. Washington, DC: IMF, 2000. 157 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/mfs/manual/index.htm>>. Acesso em: abr. 2017.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 93 p. (Contas nacionais, n. 44). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: abr. 2017.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 4: setores institucionais (versão para informação e comentários): versão 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. 11 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default_SCN_2010.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 16: pesquisa e desenvolvimento (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c. 7 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default_SCN_2010.shtm>. Acesso em: abr. 2017.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Europeia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: abr. 2017.

Anexos

1- Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

2- Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

3- Correspondência entre as categorias de instrumentos financeiros do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

4- Comparativo entre o Resultado do Tesouro Nacional e os Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas

Anexo 1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

(continua)

Códigos		Categorias de Receita Estatísticas de Finanças Públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
1		RECEITA
11		Impostos
111	142	Impostos sobre renda, lucros, e ganhos de capital
1111	> D51	Pagos por pessoas físicas
1112	> D51	Pagos por corporações e outras empresas
1113	> D51	Outros
112	> D29	Impostos sobre a folha de pagamento e a força de trabalho
113		Impostos sobre a propriedade
1131		Impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária
1131.1	> D29	Pagos por produtores
1131.2	> D59	Pagos por consumidores
1132		Impostos incidentes sobre o patrimônio líquido
1132.1	> D29	Pagos por produtores
1132.2	> D59	Pagos por consumidores
1133	> D91	Impostos sobre espólios, herança e doações
1135	> D91	Impostos incidentes sobre o capital
1136		Outros impostos incidentes sobre a propriedade
1136.1	> D29	Pagos por produtores
1136.2	> D59	Pagos por consumidores
114		Impostos sobre bens e serviços
1141		Impostos gerais sobre bens e serviços
11411	> D29	Impostos sobre o valor agregado
11412		Impostos sobre vendas
11412.1	> D2122	Sobre bens e serviços importados
11412.2	> D214	Sobre bens e serviços produzidos internamente
11413		Impostos sobre o volume de vendas e outros impostos gerais
11413.1	> D214	Impostos sobre o volume de vendas
11413.2	> D59	Impostos sobre gastos
11414	> D214	Impostos sobre transações financeiras e de capital
1142		Impostos sobre consumo
1142.1	> D2122	Sobre bens e serviços importados
1142.2	> D214	Sobre bens e serviços produzidos internamente
1143	> D214	Lucros sobre monopólios fiscais
1144		Impostos sobre serviços específicos
1144.1	> D2122	Sobre bens e serviços importados
1144.2	> D214	Sobre bens e serviços produzidos internamente
1145		Impostos sobre o uso ou a permissão de uso de bens ou realização de atividades
11451		Impostos sobre veículos automotores
11451.1	> D29	Pagos por produtores
11451.2	> D59	Pagos por consumidores
11452		Outros
11452.1	> D29	Pagos por produtores
11452.2	> D59	Pagos por consumidores
1146		Outros impostos sobre bens e serviços
1146.1	> D214	Sobre produtos não especificado anteriormente
1146.2	> D29	Sobre produção não especificado anteriormente
1146.3	> D59	Pagos por consumidores
115		Impostos sobre o comércio e transações internacionais
1151		Impostos alfandegários e outras tarifas de importação
1151.1	D2121	Tarifas de importação
1151.2	> D2122	Impostos sobre importações, exceto impostos sobre o valor agregado e tarifas de importação
1152	> D213	Impostos sobre exportações
1153		Lucros de monopólios de exportação e importação
1153.1	D2122	Lucros de monopólios de importação
1153.2	> D213	Lucros de monopólios de exportação
1154		Lucros cambiais

Anexo 1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

(continuação)

Códigos		Categorias de Receita Estatísticas de Finanças Públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
1154.1	> D2122	Lucros cambiais como impostos sobre importações, exceto impostos sobre o valor agregado e tarifas de importação
1154.2	> D213	Lucros cambiais como impostos sobre exportações
1154.3	> D214	Lucros cambiais como impostos sobre produtos, exceto impostos sobre o valor agregado, impostos sobre importações e exportações
1155		Impostos cambiais
1155.1	> D2122	Impostos cambiais como impostos sobre importações, exceto impostos sobre o valor agregado e tarifas de importação
1155.2	> D213	Impostos cambiais como impostos sobre exportações
1155.3	> D214	Impostos cambiais como impostos sobre produtos, exceto impostos sobre o valor agregado, impostos sobre importações e exportações
1156		Outros impostos sobre o comércio e transações internacionais
1156.1	> D29	Pagos por produtores
1156.2	> D59	Pagos por consumidores
116		Outros impostos
1161		Pagos somente por empresas
1161.1	> D214	Impostos de selo
1161.2	> D29	Outros impostos sobre produção
1162	> D59	Pagos por outros, exceto empresas, ou não identificáveis
12		Contribuições sociais
121		Contribuições a seguridade social
1211		Contribuições de empregados
1211.1	> D613	Das quais: taxa de serviço de esquema de seguro (-)
1211.2	~ D6131	Contribuições pensionárias efetivas
1211.3	~ D6132	Contribuições não pensionárias efetivas
1212		Contribuições de empregadores
1212.1	~ D611	Contribuições sociais efetivas
1212.11	~ D6111	Contribuições pensionárias efetivas
1212.12	~ D6112	Contribuições não pensionárias efetivas
1212.2	~ D612	Contribuições sociais imputadas
1212.21	~ D6121	Contribuições pensionárias imputadas
1212.22	~ D6122	Contribuições não pensionárias imputadas
1213	> D613	Contribuições de trabalhadores autônomos ou desempregados
1214	> D613	Contribuições não classificadas anteriormente
122		Outras contribuições sociais
1221	~ D6132	Contribuições de empregados
1222	~ D6112	Contribuições de empregadores
1223	~ D6122	Contribuições imputadas
13		Transferências
131		De governos estrangeiros
1311	> D74	Correntes
1312		Capital
1312.1	> D92	Transferências para investimento
1312.2	> D99	Outras transferências de capital
132		De organizações internacionais
1321	> D74	Correntes
1322		Capital
1322.1	> D92	Transferências para investimento
1322.2	> D99	Outras transferências de capital
133		De outras unidades de governo geral
1331	> D73	Correntes
1332		Capital
1332.1	> D92	Transferências para investimento
1332.2	> D99	Outras transferências de capital
14		Outras receitas
141		Receitas patrimoniais
1411	~ D41	Juros
1412	~ D421	Dividendos
1413	~ D422	Retiradas de renda de quase corporações

Anexo 1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

(conclusão)

Códigos		Categorias de Receita Estatísticas de Finanças Públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
1414		Receitas patrimoniais atribuída a titulares de apólice de seguros
1414.1	~ D441	Detentores de apólices de seguro
1414.2	~ D443	Fundos de investimento coletivos
1415	D45	Aluguel
1416	D43	Lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto
142		Vendas de bens e serviços
142.1	> P11	Das quais: vendidos a preços de mercado
1421		Vendas por estabelecimentos de mercado
1422		Taxas administrativas
1423		Vendas eventuais por estabelecimentos não mercantis
1424		Vendas imputadas de bens e serviços
143	> D759	Multas, sanções pecuniárias e perdas
144		Outras transferências
1441		Correntes.
14411		Subsídios
14411.1	> D31	Subsídios sobre produtos
14411.2	> D39	Subsídios sobre produção
14412	> D759	Outras transferências correntes não especificadas anteriormente
1442	> D99	Capital
145		Prêmios, taxas e direitos relacionados a seguros não vida e esquemas padronizados de garantia
1451		Prêmios, taxas e direitos correntes
14511	> D71	Prêmios
14512	> D71	Taxas para esquemas padronizados de garantia
14513	> D72	Direitos correntes
1452	> D99	Direitos de capital

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Onde:

= Item nas EFP é o mesmo que o Item no SCN.

> Item nas EFP é um componente do item relevante no SCN.

~ Item nas EFP é conceitualmente o mesmo mas difere na prática por conta do tratamento de transações específicas.

Anexo 2 - Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

(continua)

Códigos		Categorias de Despesas Estatísticas de Finanças Públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
2		DESPESA
21		Remuneração de empregados
211	~D11	Salários e vencimentos
2111	~D111	Em dinheiro
2112	~D112	Em espécie
212	~D12	Contribuições sociais
2121	~D121	Contribuições sociais efetivas
2121.1	~D1211	Contribuições pensionárias efetivas
2121.2	~D1212	Contribuições não pensionárias efetivas
2122	~D122	Contribuições sociais imputadas
2122.1	~D1221	Contribuições pensionárias imputadas
2122.2	~D1222	Contribuições não pensionárias imputadas
22	~P2	Uso de bens e serviços
23	~P51c	Consumo de capital fixo
24		Juros
241	~D412	A não residentes
242	~D412	A residentes, exceto governo geral
243	~D411	A outras unidades de governo geral
25		Subsídios
251	D31	Subsídios sobre produtos
2511	D311	Subsídios sobre importações
2512	D312	Subsídios sobre exportações
2513	D319	Outros subsídios sobre produtos
252	D39	Subsídios sobre produção
26		Transferências
261		A governos estrangeiros
2611	> D74	Correntes
2612		Capital
2612.1	> D92	Transferências para investimento
2612.2	> D99	Outras transferências de capital
262		A organizações internacionais
2621	> D74	Correntes
2622		Capital
2622.1	> D92	Transferências para investimento
2622.2	> D99	Outras transferências de capital
263		A outras unidades de governo geral
2631	> D73	Correntes
2632		Capital
2632.1	> D92	Transferências para investimento
2632.2	> D99	Outras transferências de capital
27		Benefícios sociais
271		Benefícios de seguridade social
2711	~D621	Em dinheiro
2712	~D632	Em espécie
272		Benefícios de assistência social
2721	~D621	Em dinheiro
2722	~D632	Em espécie
273		Benefícios sociais do empregador
2731	~D621	Em dinheiro

Anexo 2 - Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual 2014* (Estatísticas de Finanças Públicas) e do *System of national accounts 2008* (Sistema de Contas Nacionais)

(conclusão)

Códigos		Categorias de Despesas Estatísticas de Finanças Públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
2732	~D632	Em espécie
28		Outras despesas
281		Despesas patrimoniais, exceto juros
2811		Dividendos
2811.1	~D421	Dividendos exceto lucros reinvestidos
2811.2	~D43	Lucros reinvestidos
2812	~D422	Retiradas de renda de quase-corporações
2813		Despesas patrimoniais decorrentes de rendas de investimentos
2813.1	~D441	Detentores de apólices de seguro
2813.2	~D442	Direitos de pensão
2813.3	~D443	Fundos de investimento coletivos
2814	D45	Aluguéis
2815	> D43	Lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto
282		Outras despesas diversas
2821		Correntes
2821.1	> D29	Outros impostos sobre produção
2821.2	> D75	Transferências correntes variadas
2821.3	> D751	Transferências correntes a ISFLSFs
2821.4	> D759	Outras transferências correntes variadas
2822		Capital
2822.1	> D91	Impostos sobre capital
2822.2	> D99	Outras transferências de capital
283		Prêmios, taxas e direitos relativos a seguros e esquemas padronizados de garantia
2831		Prêmios, taxas e direitos correntes
2831.1	> D71	Prêmios
2831.2	> D71	Taxas
2831.3	> D72	Direitos correntes
2832	> D99	Direitos de capital

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Onde:

'= Item nas EFP é o mesmo que o Item no SCN.

> Item nas EFP é um componente do item relevante no SCN.

~ Item nas EFP é conceitualmente o mesmo mas difere na prática por conta do tratamento de transações específicas.

**Anexo 3 - Correspondência entre as categorias de instrumentos financeiros do
Government finance statistics manual 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e do
System of national accounts 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

Códigos		Categorias de instrumentos financeiros estatísticas de finanças públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
32		Ativos Financeiros
3201	F1	Ouro monetário e DES (Direitos especiais de saque)
3202	F2	Moedas e depósitos
3203	F3	Títulos, exceto ações
3204	F4	Empréstimos
3205	F5	Ações e outras participações de capital
3206	F6	Regimes de seguros, pensões e garantias padronizadas
3207	F7	Derivativos financeiros e opções de compra de ações por empregados
3208	F8	Outras contas a receber
33		Passivos Financeiros
3301	F12	Direitos especiais de saque (DES)
3302	F2	Moedas e depósitos
3303	F3	Títulos, exceto ações
3304	F4	Empréstimos
3305	F5	Ações e outras participações de capital
3306	F6	Regimes de seguros, pensões e garantias padronizadas
3307	F7	Derivativos financeiros e opções de compra de ações por empregados
3308	F8	Outras contas a pagar

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Anexo 4 - Comparativo entre o Resultado do Tesouro Nacional e os Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas

O Resultado do Tesouro Nacional, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no *Manual on government finance statistics 1986* - GFSM 1986, que foi lançado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF) em 1986. Esse manual tinha como objetivo ajudar os países-membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. Em 2001, buscando aperfeiçoar a metodologia, o FMI publicou um novo manual, intitulado *Government finance statistics manual 2001* - GFSM 2001 e sua nova revisão foi publicada em 2014 (GFSM 2014), sendo a referência na qual se baseiam os atuais Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas.

Uma vez que se baseiam em edições diferentes do Manual, existem diferenças conceituais entre o Resultado do Tesouro Nacional e os Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas. As principais diferenças são detalhadas a seguir.

Regime de registro de eventos econômicos

Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, os fluxos são registrados conforme o regime de competência, ou seja, no momento em que o valor econômico é criado, transformado, trocado, transferido ou extinto. No Resultado do Tesouro Nacional, as transações são apuradas pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única, mediante saque de Ordem Bancária (OB). Para apuração das despesas, segundo o critério mencionado, foi desenvolvida transação específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, denominada DW Pagamento Efetivo, com o objetivo de classificar os valores desembolsados a débito da conta, de forma a apurar a despesa efetivamente paga, refletindo a ótica do pagamento efetivo, o que equivale ao valor do saque efetuado na Conta Única.

O regime de competência permite que outros eventos sejam registrados para além daqueles que envolvem transações monetárias. Assim, nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas são registrados todos os eventos econômicos que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Alguns exemplos de eventos que são neles registrados e que não o são no Resultado do Tesouro Nacional referem-se às doações de bens e serviços, compras a prazo, consumo de capital fixo, perda de ativos por catástrofes naturais etc.

Importante destacar que o GFSM 2014 também estabelece um demonstrativo de fluxo de caixa, que permite visualizar as restrições de financiamento do governo da mesma forma que o Resultado do Tesouro Nacional.

Abrangência

O critério de abrangência usado nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas é definido em termos de unidades institucionais, que são entidades econômicas capazes de possuir ativos, assumir passivos e envolver-se em atividades e transações

econômicas com outras entidades. Assim, são contabilizadas todas as atividades de todas as unidades controladas pelo governo. Por sua vez, o critério adotado pelo Resultado do Tesouro Nacional é definido em bases funcionais, ou seja, incorporando somente as unidades que desempenham uma função governamental, registrando apenas as atividades diretamente relacionadas às funções. Assim, atividades em que o governo atua como um participante do mercado não são computadas.

De outra forma, o critério de residência definido nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas não é baseado na nacionalidade ou no critério jurídico, e sim no território econômico, ou seja, uma unidade institucional é residente em um país se tem um centro de interesse econômico no território daquele país. Dessa forma, diferentemente do Resultado do Tesouro Nacional, quando se consolida a estatística fiscal de um governo que tem unidades no exterior (por exemplo, embaixadas, bases militares, estações científicas, agências assistenciais) ou de uma corporação que tem subsidiárias no exterior, as estatísticas de tais unidades e subsidiárias devem ser consideradas, uma vez que estão incluídas no conceito de residência dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas.

Arcabouço analítico

O núcleo do modelo analítico do GFSM 2014 é um conjunto de quatro demonstrativos financeiros. Três deles podem ser combinados para demonstrar que todas as mudanças nos estoques resultam de fluxos. Esses são: o Demonstrativo de Operações do Governo; o Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos; e o Balanço Patrimonial. Além disso, o modelo inclui um Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa para fornecer informações essenciais sobre liquidez.

No Resultado do Tesouro Nacional, por adotar o regime de caixa, não é possível explicar a variação dos estoques por meio dos fluxos, uma vez que nele não são consideradas as variações que não resultam de transações monetárias.

Definições e classificações

Alguns conceitos importantes são definidos de forma diferente, como é o caso da receita e da despesa.

Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, receita (despesa) é definida como um aumento (diminuição) no patrimônio líquido resultante de uma transação. Assim, são consideradas nesses conceitos as doações, mas não são consideradas as compras e alienações de ativos não financeiros. No Resultado do Tesouro Nacional, receita (gasto) é definida como o conjunto de todos os recebimentos (pagamentos) não repagáveis e que não sejam doações. Nesse conceito, incluem-se as compras e alienações de ativos não financeiros.

As classificações das receitas são também substancialmente diferentes. No Resultado do Tesouro Nacional, as receitas são classificadas em tributárias, não tributárias, ou de capital, e as transferências são recebimentos classificados em uma categoria à parte das receitas. Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, a receita é subdividida em impostos, contribuições sociais, transferências e outras receitas.

Por não serem contabilizados como receita nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, foi criada uma classificação própria para os investimentos líquidos em ativos não financeiros, fazendo um paralelo com a classificação trazida pelo *System of national accounts* - SNA 2008, que é baseada no tipo de ativo envolvido na transação e inclui a conta consumo de capital fixo.

Indicadores

No Resultado do Tesouro Nacional, o arcabouço analítico é focado em apenas um indicador, o superávit/déficit primário, apesar de permitir a formulação de outros indicadores. Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, foram introduzidos vários novos indicadores, como, por exemplo: resultado operacional líquido, capacidade/necessidade líquida de financiamento, patrimônio líquido e sua variação, patrimônio líquido financeiro e sua variação, entre outros.

Harmonização com outros sistemas estatísticos

O GFSM 2014 foi harmonizado com outros sistemas internacionais de estatísticas macroeconômicas. Isso quer dizer que os conceitos básicos, as definições e as convenções são, tanto quanto possível, os mesmos que os utilizados no SNA 2008, na sexta edição do *Balance of payments and international investment position manual* - BPM6, publicado em 2009, e no *Monetary and financial statistics manual*, publicado em 2000, ambos do FMI. Em contraste, o Resultado do Tesouro Nacional segue a versão do SNA 1968, mas o nível de harmonização é bem menor, devido ao uso do regime de caixa pelo Resultado do Tesouro Nacional.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

apoio diagnóstico e terapêutico Grupo de procedimentos médicos e de saúde utilizados como atividades complementares ao diagnóstico (exames de diagnóstico que complementam o exame clínico) e tratamento (procedimentos terapêuticos que dão suporte e complementam outras medidas terapêuticas, como, por exemplo, hemoterapia, oxigênio-terapia e nutrição enteral).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído também o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela

a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

diálise Técnica de tratamento usada na insuficiência renal. A função ausente ou deficiente do rim do paciente é compensada por uma técnica de “filtragem” e limpeza do sangue do paciente por meio de equipamento (hemodiálise) ou uso de líquidos especiais introduzidos no abdome (diálise peritoneal).

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

especialidade farmacêutica Produto oriundo da indústria farmacêutica, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e disponível no mercado.

estabelecimento de saúde com internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas à acomodação de pacientes para permanência por um período mínimo de 24 horas. Os hospitais-dia não são considerados unidades com internação.

estabelecimento de saúde sem internação Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas ao atendimento de pessoas em tipo de não internação (atendimento ambulatorial ou de emergência).

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

farmoquímico Substância química ativa usada como insumo na produção de medicamentos.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

hemoterapia Serviço de terapia por meio da utilização de derivados do sangue.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

métodos gráficos Exames usados principalmente nas áreas de cardiologia, pneumologia e neurologia, nos quais a função dos órgãos exa-

minados é representada graficamente. Os exemplos mais conhecidos são o eletrocardiograma para a função do coração, as provas de função pulmonar para avaliar as atividades do pulmão e o eletroencefalograma para a atividade cerebral.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

orçamento da seguridade social Orçamento que abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à seguridade social. O orçamento da seguridade social integra a Lei Orçamentária Anual.

orçamento fiscal Orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento fiscal integra a Lei Orçamentária Anual.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

procedimento (médico ou de saúde) Qualquer intervenção ou ação executada por médico ou profissional de saúde no sentido de prevenir a doença (aplicação de vacina, por exemplo); curar (cirurgia de vias biliares, por exemplo); ou reabilitar o paciente (consulta de fisioterapia, por exemplo).

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos,

líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

quimioterapia Serviço de terapia com a utilização de quimioterápicos.

radiodiagnóstico Técnicas de diagnóstico baseadas no uso de radiação como, por exemplo, radiografias e tomografias computadorizadas.

radioterapia Serviço de terapia utilizada, principalmente, no tratamento do câncer, e que consiste na aplicação de radiação na região do tumor.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não

pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

restos a pagar Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

resultado operacional líquido Receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. Capta todos os custos correntes das operações governamentais. O resultado operacional bruto corresponde a receita menos despesa distinta do consumo de capital fixo.

resultado primário ou capacidade ou necessidade líquida de financiamento primária Indicador de capacidade ou necessidade de financiamento menos as despesas de juros líquidas.

saídas de mercadorias Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

sistema único de saúde - SUS Criado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é um sistema de atenção à saúde universal e cobre toda a população brasileira. É financiado com recursos públicos provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). O SUS é responsável pela oferta de serviços de saúde à população em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção, curativa e reabilitação). A rede de serviços de saúde do SUS compreende estabelecimentos de propriedade do setor público e estabelecimentos privados e filantrópicos conveniados ao SUS. Além de oferecer atenção à saúde individual, inclusive farmacêutica, o SUS é responsável por ações que promovem a saúde coletiva da população, as quais incluem participação na preparação de recursos humanos para a saúde, saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica, vigilância nutricional e vigilância sanitária.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis, baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o Produto Interno Bruto - PIB, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

turismo médico Viagem de pessoa não residente para realização de tratamento ou intervenção de saúde. O tratamento ou intervenção geralmente é financiado pela própria pessoa e pode não existir – ou ser oferecido a preço mais alto e/ou qualidade inferior – em seu país de origem. Há indicações de que é comum na área de cirurgia estética.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

valor adicionado fiscal Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Gerência de Setores Institucionais

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Marcio Resende Ferrari Alves

Gerência de Administração Pública

André Artur Pompéia Cavalcanti

Cláudia Coelho Reis

Douglas Moura Guanabara

Marcos Paulo Laranja Ribeiro

Victor Hugo Martins Bello Honaiser

Revisão do texto

Valdilson Batista de Moraes

Ministério da Fazenda - MF

Secretaria do Tesouro Nacional

Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais

Pedro Jucá Maciel

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Felipe Palmeira Bardella

Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe

Fábio Felipe Dáquilla Prates
Fernando Almeida Barbalho
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Guilherme Dias Malvão
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

Banco Central do Brasil**Departamento Econômico**

Lilian Carla dos Reis Arquete
Marcos Gonçalves Martins
Maurício Botelho Ribeiro
Otávio Raposo da Câmara Machado

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura
Fernanda Jardim
Katia Vaz Cavalcanti
Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Diagramação textual

Fernanda Jardim
Marisa Sigolo

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim
Luiz Carlos Chagas Teixeira
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes
Karina Pessanha da Silva (Estagiária)
Kleiton Moura Silva (Estagiário)
Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Ronaldo Soares de Aguiar

Contas Nacionais

ISSN 1415-9813

Números Divulgados

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Sistema de contas nacionais: Brasil, 2ª edição. (Série relatórios metodológicos, v. 24).

Produto Interno Bruto dos Municípios, 2ª edição (Série relatórios metodológicos, v.29).

Contas Regionais do Brasil (Série relatórios metodológicos, v.37).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais. (Texto para discussão, n. 31).

Codificar para contar (Texto para discussão, n. 53).

O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil (Textos para discussão, n. 51).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 51).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2011. (Contas nacionais, n. 44).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 46).
Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2014. (Contas nacionais, n. 52).
Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).
Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).
Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).
Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).
Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).
Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).
Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).
Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).
Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).
Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).
Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).
Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).
Contas Regionais do Brasil 2005 - 2009 (Contas Nacionais n. 35)
Contas Regionais do Brasil 2010 (Contas Nacionais n. 38)
Contas Regionais do Brasil 2011 (Contas Nacionais n. 40)
Contas Regionais do Brasil 2012 (Contas Nacionais n. 42)
Contas Regionais do Brasil 2010-2013 (Contas Nacionais n. 47)
Contas Regionais do Brasil 2010-2014 (Contas Nacionais, n. 53).
Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).
Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).
Produto interno bruto dos municípios 2004. (Contas nacionais, n. 18).
Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).
Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).
Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. (Contas nacionais, n. 30).
Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

- Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).
- Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).
- Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).
- Produto interno bruto dos municípios 2012. (Contas nacionais, n. 43).
- Produto interno bruto dos municípios 2010-2013. (Contas nacionais, n. 49).
- Produto interno bruto dos municípios 2010-2014. (Contas nacionais, n. 54).
- Conta - satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).
- Conta - satélite de saúde: Brasil 2007 - 2009. (Contas nacionais, n. 37).
- Conta - satélite de saúde: Brasil 2010 - 2013. (Contas nacionais, n. 48).
- Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 45).
- Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2014. (Contas nacionais, n. 50)
- Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2015. (Contas nacionais, n. 55)

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS E CONTA INTERMEDIÁRIA DE GOVERNO

BRASIL
2 0 1 5

Esta publicação, fruto de parceria entre o IBGE, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta os dados sobre as finanças públicas do governo geral – setor institucional que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados, em 2015. A parceria tem o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados dessas Instituições, de forma integrada, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos, com o objetivo de fortalecer e aprimorar a metodologia de apuração da conta intermediária do setor governo e das estatísticas de finanças públicas.

As informações do governo central têm como fonte primária o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como dados dos demonstrativos contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). As informações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios são provenientes do FINBRA (Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios), do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, sob responsabilidade da mesma Secretaria. Complementarmente, foram utilizadas também informações da conta financeira e das receitas e despesas de juros das três esferas de governo, oriundas do Banco Central do Brasil.

A publicação fornece uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas segundo os princípios e conceitos definidos no *Government finance statistics manual 2014 - GFSM 2014*, do Fundo Monetário Internacional - FMI, e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do *System of national accounts 2008 - SNA 2008*, manual preparado sob os auspícios da Comissão Europeia - EUROSTAT, FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. As considerações de natureza metodológica sobre os dois sistemas estatísticos destacam as similaridades entre ambos e as maneiras de reconciliação das diferenças, nos casos em que ocasionalmente existam, de modo a garantir a consistência dos dados macroeconômicos.

O conjunto dessas informações, disponibilizado também no portal do IBGE na Internet, constitui um avanço significativo no desenvolvimento de padrões para a compilação e a apresentação de estatísticas fiscais e insere-se em uma tendência, de âmbito mundial, na busca de transparência nas finanças públicas.

